



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 051/2021

(PAE n. 19.848/2021)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRESC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de 2 (dois) sistemas de potência ininterrupta (UPS/*no-breaks*) tipo *on-line* de dupla conversão, com potência de 10 kVA, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, incluído manutenções preventivas periódicas, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.gov.br/compras (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **11 de outubro de 2021, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, e pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no *site* do TRESC, no seguinte endereço:

- www.tre-sc.jus.br (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2021”).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do *site* www.gov.br/compras, órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a

Pregão n. 051/2021 - TRE/SC

Página 1 de 27

TRE-SC
Assinatura Digital

Documento assinado digitalmente por HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE:66173825953 em 24/09/2021 às 17h56min, conforme Resolução TRESC n. 7.864/2012.
Para validar o documento, acesse pelo código QR ao lado ou, no endereço <https://apps.tre-sc.jus.br/valida-documento>, informe o código de validação 6A8A8286F078414D95B6779C2A61FD59.



declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 10.7 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESP, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRESP não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participação de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia-Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESP responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.



4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos subitens 8.1.4 e 10.5 deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Comprasnet:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL para o item cotado;

b) no campo “marca”: a MARCA do produto cotado (sistema de potência ininterrupta – no-break), sem alternativas;

c) no campo “modelo/versão”: o MODELO / CÓDIGO / REFERÊNCIA (sistema de potência ininterrupta – no-break) do produto cotado, sem alternativas; e

d) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

5.2.1. Entenda-se como MODELO, CÓDIGO ou REFERÊNCIA a denominação adotada pelo fabricante para individualizar o produto.



5.2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.3. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, se superior a 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

5.2.3.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 5.2.3, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 48 (quarenta e oito) meses, conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

5.2.4. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.5. O licitante que tiver ofertado o melhor lance deverá informar o VALOR INDIVIDUAL TOTAL de cada subitem que compõe o ITEM (sistema de potência ininterrupta – no-break e serviço de manutenção preventiva periódica), nos termos do subitem 8.1.4 deste Edital.

5.2.6. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

5.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL** para o



item cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 100,00 (cem reais)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

VII. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1. Encerrada a etapa de lances, as **microempresas ou empresas de pequeno porte** que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o **direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar n. 123/2006 e 34 da Lei n. 11.488/2007.**

7.1.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido neste subitem, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.



7.1.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.1.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

7.2. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.1, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.2.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuírem o direito de preferência previsto no subitem 7.1, na ordem classificatória.

7.3. Será assegurada preferência na contratação para fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.248/1991, regulado pelo art. 5º do Decreto n. 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos I, II ou III do subitem 7.3 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

7.3.2. Para usufruir da preferência de que trata o subitem 7.3, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema Comprasnet, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

7.3.3. Para os efeitos do Decreto n. 7.174/2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada, comprovado na forma do subitem 7.6 deste Edital.

7.4. O exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.3 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances para o objeto deste Edital, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - aplicação das regras de preferência para as microempresas ou empresas de pequeno porte, dispostas nos subitens 7.1 a 7.2.1 deste Edital;

II - aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.3, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

III - convocação dos licitantes que estejam enquadrados no subitem 7.3, inciso I, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - caso a preferência não seja exercida, por qualquer motivo, na forma do inciso III, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no subitem 7.3, inciso II, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 7.3, caso esse direito não seja exercido; e

V - caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento.

7.5. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos subitens 7.1 e seguintes, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.5.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.6. Caso tenha sido exercido o direito de preferência de que trata o subitem 7.3, incisos I,



II ou III, deverá ser comprovado o atendimento ao **Processo Produtivo Básico** e/ou a condição de **produto com tecnologia desenvolvida no País**, mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.6.1. A comprovação de que trata o subitem 7.6, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 7.174/2010, poderá ser obtida:

a) por meio de consulta ao *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br); ou

b) por meio de consulta ao *site* da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (www.suframa.gov.br); ou

c) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação do licitante.

7.6.2. Em sendo necessário, o Pregoeiro realizará consulta aos *sites* constantes do subitem 7.6.1, alíneas “a” e “b”, e, em não encontrando a comprovação de que trata o subitem 7.6, solicitará, via *chat*, que o licitante encaminhe o documento de que trata o subitem 7.6.1, alínea “c”, durante a Sessão Eletrônica, por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Comprasnet, em **até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactado em único arquivo (.zip).

7.6.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.6.2.2. O não envio dos documentos mencionados na alínea “c” do subitem 7.6.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.6.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.6.2.1, ensejará a **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta.

7.6.2.3. A convocação para envio dos documentos a que se refere o subitem 7.6.2 poderá ocorrer juntamente com a convocação a ser efetuada para o envio da proposta ajustada, conforme subitem 8.1.4 deste Edital.

VIII. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

8.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

8.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 8.1, devendo conter, ainda, **a planilha de custos demonstrando o VALOR INDIVIDUAL TOTAL de cada subitem que compõe o ITEM (sistema de potência ininterrupta – no-break e serviço de manutenção preventiva periódica)**, sem alternativas, nos termos do subitem 5.2.5 deste Edital sob pena de desclassificação.



8.1.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais, *datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Projeto Básico / Termo de Referência.

8.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

8.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (sistema de potência ininterrupta – *no-break*) indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.3.1. Caso o licitante que ofertou a melhor proposta seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.

8.3.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

8.3.2.1. As amostras aprovadas e não retiradas no prazo fixado no subitem 8.3.2 serão incorporadas ao patrimônio do TRESP; já as amostras não aprovadas e não retiradas em igual prazo, serão descartadas.

8.4. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) não contenha a marca e/ou o modelo / código / referência (sistema de potência ininterrupta – *no-break*) do produto ofertado e/ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo / código / referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

d) mantenha valor de superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

e) não comprove, em relação ao equipamento ofertado, o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de bem com tecnologia desenvolvida no País que permitiu(iram) o exercício do direito de preferência, quando for o caso; e/ou

f) apresente preço que seja manifestamente inexecutável; e/ou

g) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 8.3.

8.4.1. Considera-se preço manifestamente inexecutável aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

8.4.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens IX e X, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance



que atenda ao Edital.

8.6. Após a negociação prevista no subitem 8.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens IX e X deste Edital.

IX. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.3, alínea “b”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

9.1.1. As consultas a que se refere o subitem 9.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no sistema Comprasnet.

X. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

10.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;

b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e

c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;

d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 10.1.1 deste Edital.

10.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de manutenção em características compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, observado o seguinte:

a.1) o licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já prestou satisfatoriamente serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, entendendo-se por compatível o atestado que comprove a **prestação de serviço de manutenção (corretiva ou preventiva) em no-breaks com potência de, no mínimo, 10 kVA**;



a.2) não serão aceitos atestados emitidos pela própria empresa;

a.3) o licitante deverá apresentar, caso solicitado pelo TRE-SC, informações complementares, como cópias de contrato, notas fiscais ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o serviço foi prestado; e

a.4) somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 6 (seis) meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (quando apenas será aceito mediante a apresentação do contrato).

b) Certidão de Registro do profissional Responsável Técnico, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), devidamente válida, o qual figurará como Responsável Técnico e integrará a equipe de instalação / manutenção.

10.3.1. Relativamente ao subitem 10.3, alínea “b”, a comprovação de vínculo do profissional Responsável Técnico com a licitante dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Proprietário/Sócio: contrato social devidamente registrado no órgão competente;

c) Diretor: contrato social, em se tratando de empresa individual ou sociedade empresária; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) Responsável Técnico: certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), onde consta o registro do profissional como responsável técnico da licitante;

e) Contratado: cópia do Contrato de Prestação de Serviço; ou

f) Declaração de Contratação Futura, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional em questão.

10.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

10.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.4.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos da Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício financeiro.

10.4.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.4.6. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor máximo aceitável da contratação.

10.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção “**Enviar Anexo**” do sistema Comprasnet, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

10.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

10.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 10.5, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 10.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 10.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

10.6. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

10.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

10.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 10.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

XI. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



11.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 11.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

11.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 11.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XII. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

12.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

12.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 12.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

12.3. Para os casos não previstos no subitem 12.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 12.2 e na alínea “e” do subitem 12.3 são de competência do Presidente do TRESC.

12.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do objeto desta licitação, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para entrega dos produtos.

12.4.1. Relativamente ao subitem 12.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.

12.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 12.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 12.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

12.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 12.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XIII. DA DOTAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina:

a) Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Subitem 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (serviço de manutenção preventiva periódica); e

b) Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos (sistema de potência ininterrupta – *no-break*).

13.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIV. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

14.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

14.1.1. fornecer os produtos e executar os serviços propostos nas condições estipuladas na proposta e no Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.2. entregar os *no-breaks* à Seção de Administração de Redes e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

14.1.2.1. a entrega deverá ser previamente agendada com a Seção de Administração de Redes e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, pelo telefone (48) 3251-3700 ou pelo e-mail: admrede@tre-sc.jus.br;

14.1.2.2. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

14.1.3. realizar a instalação/ativação (*start-up*) dos *no-breaks*, em data e horário previamente determinados pela chefia da Seção de Administração de Redes e Servidores,



podendo ocorrer fora do expediente comercial ou em fins de semana e feriados, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

14.1.3.1. disponibilizar pessoal técnico especializado e habilitado para a execução dos serviços de instalação, ativação (*start-up*) e manutenção previstos na presente contratação;

14.1.3.2. o Responsável Técnico indicado na licitação deverá acompanhar, coordenar e supervisionar a equipe técnica na instalação e nas manutenções preventivas periódicas futuras;

14.1.3.3. disponibilizar, à sua equipe técnica de instalação, todas as ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI) que se façam necessários, de acordo com a legislação pertinente;

14.1.3.4. executar os serviços, onde couber, de acordo com as orientações dos fabricantes e das legislações municipal, estadual e federal em vigor, e seguindo rigorosamente as normas técnicas brasileiras (ABNT/NR) pertinentes, em especial a NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

14.1.3.5. observar as orientações da equipe do TRE/SC quanto ao local de instalação e à configuração do equipamento, se houver opções de configuração disponíveis;

14.1.3.6. incluir testes iniciais, configurações de data e hora, parametrizações, verificações, conferências, calibrações e demais procedimentos necessários à correta inicialização e ao pleno funcionamento e operação dos *no-breaks*; e

14.1.3.7. demonstrar, após a instalação, às equipes técnicas do TRE/SC, com participação de até 5 (cinco) servidores, os procedimentos relativos à operação básica dos *no-breaks* (painel, funções, indicadores, mensagens, gerenciamento, etc.), sem prejuízo da apresentação do manual do usuário original dos produtos (versão impressa ou eletrônica);

14.1.4. prestar garantia técnica e realizar manutenções corretivas sob demanda para os *no-breaks* pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o subitem 5.2.3 deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;

14.1.4.1. obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias e componentes, sempre que necessário, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

14.1.4.2. prestar as assistências técnicas no local de instalação, a saber, no Centro de Processamento de Dados do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;

14.1.4.3. disponibilizar atendimento para abertura de chamados no regime 24 x 7, isto é, vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone celular, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência, podendo haver uso adicional de sistema de atendimento eletrônico via *web* ou aplicativo móvel;

14.1.4.4. prestar atendimento inicial remoto no momento do chamado ou em um prazo de até 3 (três) horas da sua abertura, quando devem ser coletadas informações relevantes e realizado o encaminhamento das providências cabíveis para a solução do defeito; e

14.1.4.5. solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, a contar do horário de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;

14.1.5. prestar manutenções preventivas periódicas aos produtos pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses a contar do recebimento definitivo;

14.1.5.1. obrigar-se a realizar manutenções preventivas semestrais nos equipamentos, ou seja, a realizar inspeção presencial e procedimentos de verificação do estado e do funcionamento dos *no-breaks* e de seus componentes, realizando intervenções preventivamente à ocorrência de defeitos, incluindo a troca de peças, baterias e componentes, sempre que necessário, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

14.1.5.2. prestar as manutenções preventivas semestralmente no local de instalação (*on-site*), a saber, o Centro de Processamento de Dados do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;



14.1.5.3. realizar as visitas técnicas para as manutenções preventivas na data e horário previamente determinados pela chefia da Seção de Administração de Redes e Servidores, podendo ocorrerem fora do expediente comercial ou em fins de semana e feriados, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;

14.1.5.4. realizar todos os procedimentos previstos para cada manutenção preventiva em um prazo máximo de até 1 (um) dia para cada *no-break*;

14.1.5.4.1. em comum acordo com o Gestor do Contrato, poderão ser realizadas duas manutenções preventivas (dois *no-breaks*) no mesmo dia, se viável for, desde que sem prejuízo à qualidade dos procedimentos previstos;

14.1.5.5. solucionar, no prazo adotado no subitem 14.1.4.5 (72 horas), defeito ou estado de potencial defeito, identificado durante as verificações preventivas, para retorno do equipamento ao pleno funcionamento dentro dos padrões normais de operação;

14.1.5.6. entregar relatório após cada visita técnica, assinado pelo Responsável Técnico, relatando os pontos inspecionados e o parecer sobre o estado e funcionamento do equipamento verificado;

14.1.6. substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;

14.1.6.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista nesta licitação;

14.1.6.2. em caso de substituição de produto, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

14.1.7. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito à implementação de sistema de logística reversa;

14.1.8. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

14.1.9. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XV. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável ao licitante vencedor.

15.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

15.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:



a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESPC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESPC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

15.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XVI. DO CONTRATO

16.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

16.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

16.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 16.3.2.

16.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XII deste Edital.

16.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVII. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

17.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 12.3.

XVIII. DO REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano,



contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

18.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta

XIX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

19.3. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

19.4. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

Florianópolis, 24 de setembro de 2021.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para fornecimento e instalação de 2 (dois) sistemas de potência ininterrupta (UPS/*no-breaks*) tipo *on-line* de dupla conversão, com potência de 10 kVA, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, incluído manutenções preventivas periódicas, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 19.848/2021 (Pregão n. 051/2021), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de 2 (dois) sistemas de potência ininterrupta (UPS/*no-breaks*) tipo *on-line* de dupla conversão, com potência de 10 kVA, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, incluído manutenções preventivas periódicas, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, e com o Pregão n. 051/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto fornecimento e instalação de 2 (dois) sistemas de potência ininterrupta (UPS/*no-breaks*) tipo *on-line* de dupla conversão, com potência de 10 kVA, com garantia de 48 (quarenta e oito) meses, incluído manutenções preventivas periódicas.

1.1.1. **ITEM 1:** fornecimento e instalação de sistema de potência ininterrupta (UPS/*no-break*, tipo *on-line* de dupla conversão, com potência de 10 kVA / 9kW, **marca** _____, **modelo** _____;

- Quantidade: 2 (duas) unidades.

1.1.1.1. Requisitos Técnicos:

a) fonte de alimentação ininterrupta tipo “*no-break*”, composta pela combinação de conversores, chaves e armazenamento de energia por baterias, constituindo sistema de alimentação de potência capaz de assegurar a continuidade da alimentação à carga, em caso de



falha da alimentação de entrada;

b) topologia do tipo “on-line de dupla conversão” (segundo a terminologia utilizada na ABNT NBR 15.014:2003);

c) não deve haver qualquer interrupção de energia à carga durante a transferência do modo rede para o modo bateria e vice-versa (tempo de transferência nulo);

d) tecnologia com processador digital de sinais (DSP);

e) tensão de entrada trifásica 380/220V 3FNT (+/- 20%), frequência 60 Hz (+/- 8%), com fator de potência de entrada $\geq 0,92$;

f) compatível com grupo gerador.

g) tensão de saída monofásica 220V (ajustável a +5%), regulação estática de +/- 1%, frequência 60 Hz (+/- 0,01%), com forma de onda senoidal pura e distorção harmônica total $\leq 3\%$ para cargas lineares;

h) potência aparente de, no mínimo, 10 kVA e potência ativa de, no mínimo, 9 (nove) kW (Fator de potência de saída = 0,9);

i) rendimento global de, no mínimo, 90% (modo rede);

j) *by-pass* por chave estática automática e *by-pass* manual, em todos os casos sem interrupção de fornecimento contínuo de energia à carga durante o *by-pass*;

k) banco externo de baterias VRLA seladas novas, com autonomia de 20 (vinte) minutos em plena carga, com autoteste pelo *no-break*;

- não será permitido sistema de compartilhamento do banco de baterias;

l) proteção contra, no mínimo:

- sobretensões e subtensões na entrada, saída e baterias;
- sobrecarga no barramento CC;
- sobrecarga e curto circuito na saída;
- sobretemperatura no retificador e inversor;

m) possuir EPO (*Emergency Power Off*) para desligamento emergencial;

n) alarmes sonoros e/ou visuais para informações de operação e funcionamento do *no-break*, sendo, no mínimo: modo bateria, *by-pass*, sobrecarga e sobretemperatura;

o) interface de comunicação via RS-232, incluindo o fornecimento de placa SNMP e de software de gerenciamento, que permita: acesso remoto para monitoramento da operação do nobreak; envio automático de notificações de alertas via e-mail configurável pelo usuário; e registro (*log*) de eventos;

p) ruído inferior a 60 dB (A) a 1 (um) metro de distância e baixa dissipação térmica;

q) bornes para conexões de entrada, de saída e de bateria;

r) gabinete autossustentável em estrutura metálica com grau de proteção IP-20;

s) a instalação (*start-up*) dos equipamentos deverá observar os termos expressos na subcláusula 11.1.3, estando previsto o desligamento completo da carga do ambiente para a realização da instalação dos novos *no-breaks*; e

t) os dois *no-breaks* deverão ser instalados e operar de forma independente um do outro, sendo conectados individualmente às fontes redundantes das cargas.

1.1.2. ITEM 2: Serviço de manutenção periódica (semestral) dos equipamentos, com as seguintes especificações mínimas:

1.1.2.1. A manutenção preventiva deverá, no mínimo, realizar os seguintes procedimentos, sem prejuízo de ações adicionais que se fizerem necessárias ou recomendadas para a manutenção do pleno funcionamento do sistema, visando evitar defeitos antes de estes ocorrerem:

a) inspeção visual completa do sistema;



- b) verificação do estado de ventiladores e exaustores;
- c) verificação do estado de fiações, conexões elétricas e barramentos;
- d) verificação do estado de fusíveis e disjuntores;
- e) verificação e teste de sinalização;
- f) verificação quanto a superaquecimento ou mau cheiro;
- g) medição de tensões e correntes de entrada e saída;
- h) medição da tensão DC do banco de baterias;
- i) medição da tensão de cada bateria do banco em descarga;
- j) simulação de falta de energia, com testes de transferência inversor–rede e vice-versa;
- k) verificação completa do banco de baterias, com reaperto dos bornes e limpeza das baterias, inclusas substituições necessárias de baterias que se encontrarem com seus parâmetros fora das especificações;
- l) reaperto geral das conexões mecânicas da unidade; e
- m) limpeza geral do equipamento.

1.1.2.2. A realização dos serviços de manutenção preventiva periódica deverá observar os prazos e os termos expressos na subcláusula 11.1.5;

1.1.2.3. Cada unidade de serviço de manutenção preventiva prevista corresponde à manutenção de 1 (um) *no-break*. Desse modo, haverá, semestralmente, a realização de 2 (dois) serviços de manutenção preventiva, referentes aos serviços executados nos dois *no-breaks* instalados no Data Center do TRE-SC. Ao todo, ao longo do contrato (4 anos) serão realizados, portanto, 16 (dezesesseis) serviços de manutenção preventiva.

1.2. Os produtos e os respectivos serviços objeto desta Contrato deverão seguir normas técnicas brasileiras aplicáveis, a exemplo dos seguintes normativos:

- ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 15204 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta com saída em corrente alternada (*no-break*) - Segurança e desempenho;
- ABNT NBR 15014 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (*no-break*) – Terminologia.
- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; e
- NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento dos equipamentos e a prestação dos serviços obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 051/2021, de __/__/__, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em __/__/__, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento do objeto descrito no ITEM 1 e pela prestação dos serviços descritos no ITEM 2 deste Contrato, o valor unitário de:

2.1.1. R\$ _____ (_____), totalizando, as 2 (duas) unidades descritas na subcláusula 1.1.1, R\$ _____ (_____);

2.1.2. R\$ _____ (_____), totalizando, as 16 (dezesesseis) manutenções periódicas semestrais previstas na subcláusula 1.1.2, R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO



3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado, no primeiro ano de vigência, a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se os valores para o fornecimento e a instalação do objeto descrito na subcláusula 1.1.1 e de 4 (quatro) manutenções periódicas descritas na subcláusula 1.1.2.

3.1.1. Nos demais anos de vigência, o presente Contrato terá como valor anual estimado a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se as 4 (quatro) manutenções periódicas anuais descritas na subcláusula 1.1.2.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.2. O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até o término da prestação dos serviços de manutenção preventiva periódica semestral dos equipamentos.

4.2.1. Os serviços de manutenção preventiva periódica semestral dos equipamentos deverão ser realizados pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado do recebimento definitivo dos equipamentos descritos na subcláusula 1.1.1.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

6.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.



6.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/ $100/365$ dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina:

a) Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Subitem 17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (serviço de manutenção preventiva periódica); e

b) Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos (sistema de potência ininterrupta – *no-break*).

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2021NE000____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____), para a realização da despesa.

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Sexta deste Contrato;

9.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Redes e Servidores do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 6.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

10.2. A Fiscalização terá autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;



- b) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- d) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução; e
- e) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE/SC.

10.3. A existência do acompanhamento não exige a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.

10.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SARS/CSIT/TRE/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada ficará obrigada a:

11.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta;

11.1.2. entregar os *no-breaks* à Seção de Administração de Redes e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

11.1.2.1. a entrega deverá ser previamente agendada com a Seção de Administração de Redes e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, pelo telefone (48) 3251-3700 ou pelo e-mail: admrede@tre-sc.jus.br;

11.1.2.2. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

11.1.3. realizar a instalação/ativação (*start-up*) dos *no-breaks*, em data e horário previamente determinados pela chefia da Seção de Administração de Redes e Servidores, podendo ocorrer fora do expediente comercial ou em fins de semana e feriados, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

11.1.3.1. disponibilizar pessoal técnico especializado e habilitado para a execução dos serviços de instalação, ativação (*start-up*) e manutenção previstos na presente contratação;

11.1.3.2. o Responsável Técnico indicado na licitação deverá acompanhar, coordenar e supervisionar a equipe técnica na instalação e nas manutenções preventivas periódicas futuras;

11.1.3.2.1. Caso haja a necessidade de substituição do responsável técnico ao longo da execução deste Contrato, deve ser submetido ao Gestor do Contrato os documentos de habilitação solicitados na licitação;

11.1.3.3. disponibilizar, à sua equipe técnica de instalação, todas as ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI) que se façam necessários, de acordo com a legislação pertinente;

11.1.3.4. executar os serviços, onde couber, de acordo com as orientações dos fabricantes e das legislações municipal, estadual e federal em vigor, e seguindo rigorosamente as normas técnicas brasileiras (ABNT/NR) pertinentes, em especial a NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

11.1.3.5. observar as orientações da equipe do TRE/SC quanto ao local de instalação e à configuração do equipamento, se houver opções de configuração disponíveis;

11.1.3.6. incluir testes iniciais, configurações de data e hora, parametrizações, verificações, conferências, calibrações e demais procedimentos necessários à correta inicialização e ao pleno funcionamento e operação dos *no-breaks*; e

11.1.3.7. demonstrar, após a instalação, às equipes técnicas do TRE/SC, com participação



de até 5 (cinco) servidores, os procedimentos relativos à operação básica dos *no-breaks* (painel, funções, indicadores, mensagens, gerenciamento, etc.), sem prejuízo da apresentação do manual do usuário original dos produtos (versão impressa ou eletrônica);

11.1.4. prestar garantia técnica e realizar manutenções corretivas sob demanda para os *no-breaks* pelo período de _____ (_____) meses, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;

11.1.4.1. obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias e componentes, sempre que necessário, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

11.1.4.2. prestar as assistências técnicas no local de instalação, a saber, no Centro de Processamento de Dados do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;

11.1.4.3. disponibilizar atendimento para abertura de chamados no regime 24 x 7, isto é, vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone celular, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência, podendo haver uso adicional de sistema de atendimento eletrônico via *web* ou aplicativo móvel;

11.1.4.4. prestar atendimento inicial remoto no momento do chamado ou em um prazo de até 3 (três) horas da sua abertura, quando devem ser coletadas informações relevantes e realizado o encaminhamento das providências cabíveis para a solução do defeito; e

11.1.4.5. solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, a contar do horário de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;

11.1.5. prestar manutenções preventivas periódicas aos produtos pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses a contar do recebimento definitivo;

11.1.5.1. obrigar-se a realizar manutenções preventivas semestrais nos equipamentos, ou seja, a realizar inspeção presencial e procedimentos de verificação do estado e do funcionamento dos *no-breaks* e de seus componentes, realizando intervenções preventivamente à ocorrência de defeitos, incluindo a troca de peças, baterias e componentes, sempre que necessário, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

11.1.5.2. prestar as manutenções preventivas semestralmente no local de instalação (“*on-site*”), a saber, o Centro de Processamento de Dados do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;

11.1.5.3. realizar as visitas técnicas para as manutenções preventivas na data e horário previamente determinados pela chefia da Seção de Administração de Redes e Servidores, podendo ocorrerem fora do expediente comercial ou em fins de semana e feriados, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;

11.1.5.4. realizar todos os procedimentos previstos para cada manutenção preventiva em um prazo máximo de até 1 (um) dia para cada *no-break*;

11.1.5.4.1. em comum acordo com o Gestor do Contrato, poderão ser realizadas duas manutenções preventivas (dois *no-breaks*) no mesmo dia, se viável for, desde que sem prejuízo à qualidade dos procedimentos previstos;

11.1.5.5. solucionar, no prazo adotado na subcláusula 14.1.4.5 (72 horas), defeito ou estado de potencial defeito, identificado durante as verificações preventivas, para retorno do equipamento ao pleno funcionamento dentro dos padrões normais de operação;

11.1.5.6. entregar relatório após cada visita técnica, assinado pelo Responsável Técnico, relatando os pontos inspecionados e o parecer sobre o estado e funcionamento do equipamento verificado;

11.1.6. substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;

11.1.6.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista neste Contrato;



11.1.6.2. em caso de substituição de produto, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

11.1.7. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa;

11.1.8. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

11.1.9. manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 051/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

12.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

12.3. Para os casos não previstos na subcláusula 12.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para entrega dos produtos.

12.4.1. Relativamente à subcláusula 12.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução contratual.



12.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 12.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

12.5.1. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

12.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” da subcláusula 12.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

13.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea “c” da subcláusula 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “d” ou “e” da subcláusula 12.3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

14.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____



PREGÃO N. 051/2021

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNIDADE	COTAÇÃO
1	Fornecimento e instalação de sistema de potência ininterrupta (UPS/ <i>no-break</i> , tipo <i>on-line</i> de dupla conversão, com potência de 10 kVA / 9Kw).	2	unidade	VALOR TOTAL
	Serviço de manutenção preventiva periódica.	16	unidade	

Observação: Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

